

OFICINA DE SABERES WAYANA E APARAI

Entre 27 de julho e 2 de agosto ocorreu a Segunda Oficina sobre Saberes Wayana e Aparai, promovida pelo Iepé com apoio da Norad. Realizada na aldeia Suisuimênê, a oficina contou com participantes das aldeias Pará-Pará e Poruré, que estão localizadas na TI Paru d'Este, norte do Pará. Objetivo principal foi proporcionar aos Wayana e Aparai meios para consolidarem procedimentos de valorização e gestão do seu patrimônio cultural. Para tanto, o programa da oficina se voltou para os processos de reconhecimento, seleção e sistematização desses patrimônios e a produção de levantamentos e registros escritos e visuais de suas diferentes manifestações culturais.

Na oficina, trataram-se de temas como cultura, conhecimento, patrimônio cultural material e imaterial, expressões culturais, métodos de documentação e elaboração de inventários de saberes. Um dos aspectos mais positivos da oficina foi o início da composição de um livro sobre as pinturas dos povos Aparai e Wayana. Foram produzidos desenhos e textos e escolhidos, a partir dos álbuns trazidos, os registros gráficos e fotográficos que estarão no livro. A produção e a sistematização desses materiais são um importante passo para a gestão e difusão do rico patrimônio cultural wayana e aparai.

A oficina também proporcionou a troca de idéias, o intercâmbio de conhecimentos entre os participantes e uma convivência animada nos momentos dos trabalhos, que ocorreram pela parte da manhã e à tarde, e durante as refeições conjuntas. Para a realização da oficina, contou-se com o apoio da Apitu e da entusiasta participação dos chefes de aldeia presentes: Sapotori, Jaké, Poponi e Jehjé.

Lucia Hussak van Velthem, Iepé e MPEG



Lucia Hussak, 2007

Jovens também participaram ativamente da oficina

DIA DO ÍNDIO EM BRASÍLIA

Eu saí de Macapá no dia 18 de Abril. Recebi convite para participar da Semana do Índio em Brasília. No dia 19 fomos para o Ministério da Justiça, para uma sala de cerimônias onde tinha muitas fotos de gente morta e de gente viva, onde encontramos as lideranças kaiapó e xavante. Eu só conhecia o Raoni e o Tokrá kaiapó. Cumprimentei todos os parentes. Depois chegaram muitos outros indígenas. Um estava com uma camiseta com um desenho de *maruana*. Depois chegaram o Ministro da Justiça e o Presidente da Funai. O Ministro assinou declaração de várias Terras Indígenas. Ele falou e o Presidente da Funai também falou e disse que ele não pode só ficar em Brasília, que tem que ir nas aldeias para ver as necessidades dos índios, o que está acontecendo. Eu achei isso bom.

Depois saímos do Ministério da Justiça e fomos bem perto, para o Senado onde tinha uma seção extraordinária. Vimos muitos indígenas, de várias etnias. Encontramos a Valéria Kaxuyana, o João Neves, a Janete Capiberibe e o resto eu não conhecia. Falou muita gente. O Raoni falou que ele não quer fazendeiro, garimpeiro, madeireiro na terra dele. Depois falou o Presidente da Funai e também falaram senadores. O pessoal do Ministério da Educação falou que a formação dos indígenas tem que ser diferente. Depois, várias lideranças vieram falar e pedir apoio ao Senado. Os Xerente pediram apoio porque falta assistência à saúde nas aldeias e eles estão morrendo. Um Shipaya falou que não se pode ameaçar os índios que estão defendendo a própria terra, pois a terra é deles.

Depois passamos no Acampamento Brasil Indígena, onde tinha muita gente, e fomos para o Palácio do Planalto. O Presidente chegou com o Ministro da Saúde e o Presidente da Funai. Os Kaiapó ficaram em pé atrás da mesa e não saíram de lá. Depois o Presidente assinou homologação de seis Terras Indígenas e falou da criação da Comissão Nacional de Política Indigenista. Ele disse que a Comissão e os índios têm que trabalhar juntos com o governo, têm que cobrar do governo a demarcação das terras indígenas e tudo o que tem de ser feito pelos índios. No outro dia, os parentes que estavam no Acampamento começaram a voltar para suas aldeias. Eu fui visitar a sede da Funai. Foi assim.

Tadeu Wayana, presidente da Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque - Apitu

Colaboração: Décio Horita Yokota, Francisco Paes, Juliana Rosalen, Lúcia Szmrecsányi
Projeto Gráfico: Catherine J. S. Gallois
Diagramação: Luis Fernando Pereira

Escritório do Iepé em Macapá:

Avenida Ataíde Teive, 525 - Bairro Trem
68.906-270 - Macapá - AP
Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052
E-mail: sede_macapa@institutoiepe.org.br

Apoio:



Boletim

Número 03 | Julho-Setembro de 2007

Povos Indígenas e Meio Ambiente

Amapá e Norte do Pará



Dominique Tilkin Gallois

Chefe wajápi no limite leste da terra indígena

GESTÃO TERRITORIAL

Quase todas as terras indígenas na Amazônia estão demarcadas hoje em dia. Mas a demarcação, sozinha, não é suficiente para garantir a proteção das terras e a qualidade de vida dos povos indígenas. Para chegar a esse objetivo, é preciso resolver muitos problemas. O principal desafio é saber como usar as terras indígenas, de acordo com os interesses de cada comunidade, sem acabar com os seus recursos.

Assim, quando ouvimos falar em proteção das terras indígenas, não devemos pensar somente em demarcação, mas também na vigilância, na fiscalização e na gestão dessas terras. A gestão territorial praticada pelas comunidades indígenas permite que os recursos naturais em suas terras sejam usados para o bem-estar da sua população, sem prejudicar o meio-ambiente.

O que é gestão territorial?

A palavra "gestão" significa o mesmo que "administração". Podemos falar que fazer a gestão dos recursos é administrar esses recursos, ou seja, tomar conta, controlar o uso dos recursos.

Fazer gestão territorial é controlar os recursos de uma terra, procurando usá-los da melhor maneira possível. Para controlar, é preciso conhecer muito bem os recursos e saber como esses recursos podem ser afetados por coisas que acontecem dentro e fora dos limites dessa terra.

A gestão territorial das terras indígenas deve ser feita pensando no futuro das comunidades. Essas terras foram demarcadas para os povos indígenas, ou seja, não só para as pessoas que estão vivendo nelas agora, mas também para seus filhos, netos, bisnetos. Os recursos das terras indígenas devem ser usados de forma sustentável, para continuar existindo no futuro.

Para fazer uma boa gestão territorial, o primeiro passo é fazer um bom levantamento dos recursos e dos problemas ambientais na Terra Indígena. Depois, é preciso juntar o máximo de informações sobre os recursos: se eles são renováveis ou não, como estão sendo usados, se estão diminuindo, o que está causando a sua diminuição. Também é preciso buscar informações sobre vários jeitos de solucionar os problemas observados. Com essas informações, é possível fazer um bom planejamento, decidindo como os recursos devem ser utilizados no presente e no futuro. Esse tipo de planejamento é chamado de "plano de gestão territorial".

Para fazer planos de gestão de uma terra indígena é importante sempre lembrar que essa terra é coletiva. Para pensar como usar e manter seus recursos, é importante pensar coletivamente. Pensar coletivamente obriga as pessoas e lideranças a não defenderem apenas os interesses de suas famílias ou de suas aldeias, mas pensar em toda a comunidade e nas próximas gerações.

Controle territorial

O futuro dos povos indígenas depende do controle que eles conseguem ter sobre suas terras. Um jeito de controlar a terra é fazer a vigilância dos limites. Um exemplo é o jeito que os Wajápi têm feito a vigilância. Desde a demarcação da sua terra, os Wajápi pensaram que o melhor jeito de viver seria mudar suas aldeias de lugar, como seus antepassados sempre fizeram. Eles sabem que essa mudança das aldeias permite que a mata volte a crescer e, assim, que os recursos serão conservados para o futuro. Por isso, os Wajápi reservaram algumas áreas para a reprodução da caça. A mudança de algumas famílias para os limites é uma maneira de controlar a invasão e também permite



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

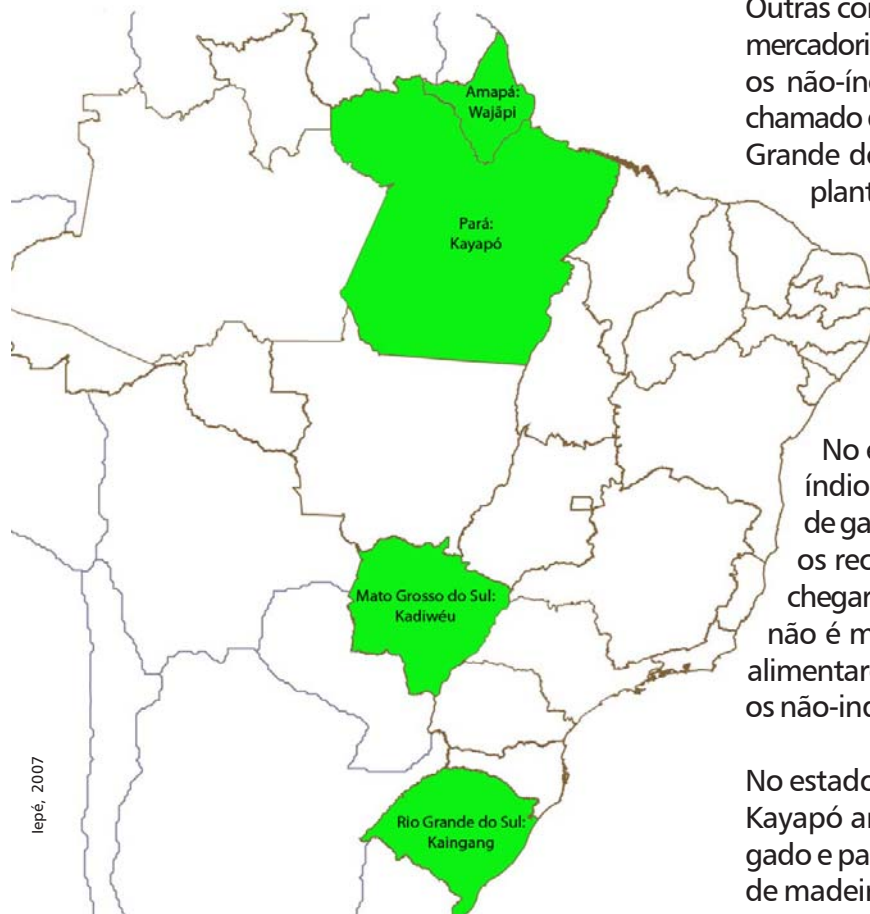
Conselho editorial: Dominique Tilkin Gallois, Luís Donisete Benzi Grupioni, Luis Fernando Pereira

acesso mais fácil às caças, aos peixes, às frutas e outros produtos da floresta, e com roças ricas perto das casas.

Vigilância não é a mesma coisa que fiscalização: os próprios povos indígenas podem vigiar, acompanhar a entrada de invasores. Mas quem faz a fiscalização são os órgãos do governo. Se os próprios povos indígenas não fazem a vigilância de suas terras, a Funai, o Ibama e a Polícia Federal não podem fiscalizar.

Outro jeito de controlar a terra é usar os recursos existentes de acordo com um plano de gestão coletiva. Os índios do Oiapoque, por exemplo, decidiram em assembléia geral há alguns anos, que o peixe e a carne de caça não podem ser vendidos fora da terra indígena, como jeito de preservar esses recursos para as comunidades. Decidiram também proibir a caça ao jacaré e diminuir a pesca do pirarucu no período da desova, para que eles não acabassem na região.

Existem duas formas de utilizar os recursos das terras indígenas em benefício das comunidades. Uma delas é usando os recursos para o consumo das próprias comunidades: é o que se chama de produção de subsistência. Outra forma é comercializando uma parte desses recursos, transformados ou não, para pessoas de fora: é quando os recursos viram produtos. Os produtos transformados, como a farinha, são feitos a partir dos recursos locais. Os produtos extrativistas são aqueles que não foram transformados, como os frutos das árvores, peixes, caças e árvores.



lepé, 2007

Comércio

O comércio de produtos, transformados ou extrativistas, das terras indígenas pode ser perigoso se a subsistência das comunidades não estiver garantida. Mas esse comércio pode ser feito em pequena escala ou em grande escala.

Muitos povos indígenas no Brasil conseguem dinheiro através do comércio em pequena escala. Comércio em pequena escala é aquele feito para conseguir apenas alguns produtos que os índios não fabricam, mas que fazem parte de seu dia-a-dia, como munição, chinelos, pano, panelas, sal etc. Para comprar essas coisas, as comunidades indígenas vendem alguns poucos produtos de suas terras, como artesanato, farinha e pimenta. Geralmente, esse tipo de comércio não acaba com os recursos ambientais da terra indígena.

O interesse em conseguir dinheiro leva algumas comunidades indígenas a vender grandes quantidades de alguns recursos valorizados pelos não-índios, como animais silvestres, madeira, minério, cipó ou outros produtos extrativistas. É o chamado comércio em grande escala que, em algumas situações, pode piorar a qualidade de vida dos povos indígenas. Geralmente, esse tipo de comércio acaba com os recursos que estão sendo vendidos.

Arrendamento de terras

Outras comunidades indígenas conseguem dinheiro e mercadorias em troca do empréstimo de suas terras para os não-índios usarem, num tipo de contrato que é chamado de "arrendamento de terra". No estado do Rio Grande do Sul, algumas comunidades kaingang não plantam mais, porque suas lideranças decidiram arrendar parte das terras aos não-índios e abandonaram suas roças. Hoje, essas comunidades só comem alimentos comprados nas cidades e dependem dos não-índios para se alimentar.

No estado de Mato Grosso do Sul, as terras dos índios Kadiwéu foram arrendadas para criadores de gado, que destruíram a floresta e acabaram com os recursos ambientais. Dentro da terra kadiwéu chegaram a trabalhar 89 fazendeiros. Hoje essa terra não é mais arrendada, mas a caça acabou. Para se alimentarem os Kadiwéu pensam em criar o gado que os não-índios deixaram.

No estado do Pará, algumas comunidades dos índios Kayapó arrendaram suas terras para os criadores de gado e para garimpeiros. Outras permitiram a entrada de madeireiros para cortar mogno.



Dominique Tilkin Gallois, 2006

Exploração de madeira na estrada Perimetral Norte

Essas formas de ganhar dinheiro podem produzir sérios prejuízos ao meio ambiente, diminuindo os recursos naturais existentes nas terras indígenas e aumentando a dependência dos povos indígenas em relação aos produtos e serviços dos não-índios.

Para os povos indígenas que possuem terras pequenas ou pobres em recursos naturais, insuficientes para sua subsistência, a mudança para as cidades pode até representar uma melhora na qualidade de vida. Isso também pode acontecer com algumas poucas pessoas que conseguem um emprego bem remunerado na cidade. Mas a mudança para as cidades é solução para apenas algumas pessoas, não é a solução para todas as comunidades dentro de uma terra indígena.

De onde vem a solução?

Fazendo uma boa gestão dos recursos de sua terra, as comunidades podem ter uma boa qualidade de vida sem precisar se mudar para as cidades. Conhecendo bem suas terras e os recursos que nelas existem, os povos indígenas podem propor e executar projetos que não destruam o meio ambiente e que atendam às suas necessidades. Esses projetos podem valorizar os conhecimentos tradicionais dos grupos indígenas sobre os ambientes e viabilizar seu acesso a novas técnicas que os ajudem a proteger e usar os recursos.

O plano de gestão de uma terra indígena diz como deve ser feita a ocupação das diversas regiões dessa terra, inclusive com apoio de órgãos do governo e organizações não-governamentais. Se todas as comunidades lutarem juntas por esses direitos, será mais fácil todos conseguirem acesso a saúde e educação. Sair da terra indígena só resolve o problema para algumas pessoas e enfraquece o movimento coletivo para melhorar a qualidade de vida nas aldeias. Como todos vivem numa só terra, o que uma pessoa ou uma família faz sozinha pode afetar e prejudicar todos os outros.

Problemas acontecem quando uma família quer vender madeira da terra indígena e outra não quer. Os moradores de uma terra indígena devem pensar e decidir coletivamente sobre como vão usar os recursos que existem em cada território.

Essa organização coletiva pode parecer difícil de fazer, pois cada família e cada comunidade podem ter jeitos diferentes de pensar. Quando as decisões são coletivas, não quer dizer que todos pensam de jeito igual. As pessoas podem ter objetivos diferentes, mas quando todos entendem que algumas coisas são ameaças para o futuro de todos, é possível tomar decisões coletivas. As comunidades indígenas precisam encontrar maneiras de chegar a acordos internos. Essa organização coletiva não aparece sozinha, ela precisa ser construída a partir dos esforços dos próprios povos indígenas.

Equipe do lepé

UM CIDADÃO ME PERGUNTOU...

Fabrizio Narciso dos Santos, do povo Karipuna, trabalha no Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque – Kuahí, no setor de informática e secretariado. Recentemente, ele esteve em Macapá para divulgar os trabalhos do Museu na 22ª. Expofeira Agropesc, quando teve uma interessante conversa com um não-índio sobre a relação entre os povos indígenas e o Governo. Nesse diálogo, Fabrizio conseguiu ajudar a criar novas reflexões e diminuir preconceitos. Leia abaixo seu relato.

Um cidadão me perguntou: "Por que vocês, indígenas, são contra o progresso, contra o asfaltamento da BR 156, e ficam exigindo que o Governo dê em troca caminhão, L 200, motores de polpa, voadeiras e outras coisas?". Eu respondi que nós, indígenas, não somos contra o progresso e o asfaltamento da BR 156, pois tudo que beneficiar a população do Oiapoque também vai beneficiar a nós, indígenas. Aí então eu dei um exemplo para o cidadão: "Se você tivesse uma fazenda, e o Governo fosse construir uma estrada ou passar um linha de transmissão de energia dentro da sua fazenda, como você reagiria?". Ele me respondeu: "Lógico que eu pediria uma indenização ou alguma coisa em troca, pois minha fazenda é uma propriedade particular". Então eu respondi: "Viu como são as coisas? Tudo tem que ser feito dentro do que exigir as leis, pois nossas Terras Indígenas são demarcadas e homologadas". Após muito diálogo entre nós dois, ele respondeu: "É, temos que brigar e lutar pelos nossos direitos. Vocês estão certos ao exigirem seus direitos". Depois de toda essa nossa conversa, ele agradeceu as explicações. **Fabrizio Narciso dos Santos, Museu Kuahí**